

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

| 2025





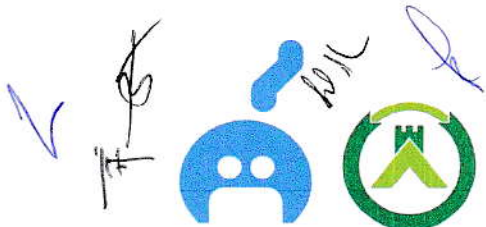
*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## **INTRODUÇÃO**

Com o presente documento, a Direção da Cooperativa Turipenha, pretende apresentar de forma objetiva e mensurável a sua atividade durante o exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025. Realiza assim, de forma expositiva, o relato de gestão das suas atividades exploratórias, mensurando, qualificando e enquadrando o ano em apreço face aos seus períodos homólogos, assim como, apresentando em conformidade com o quadro legal em vigor, as respetivas Demonstrações Financeiras e correspondentes notas em anexo.

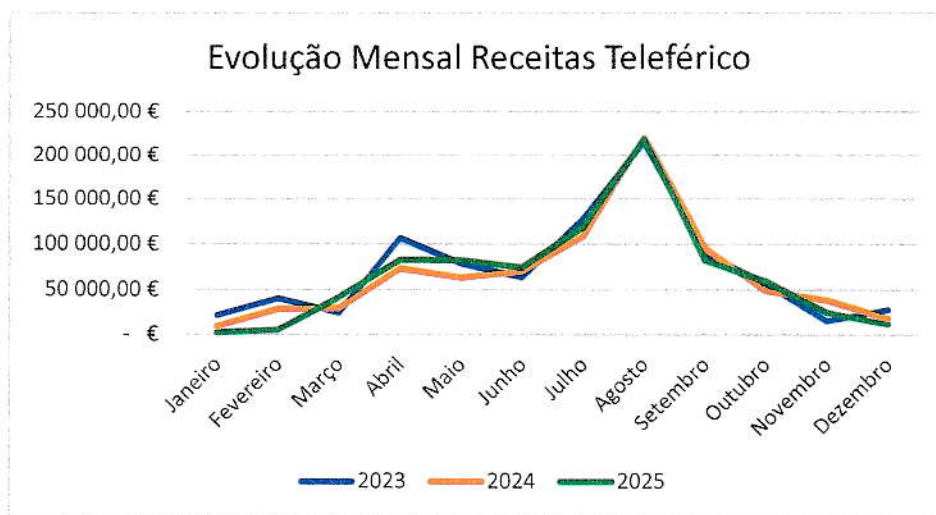
## **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Ora, se na realidade assistimos no decurso de 2023 a uma retoma muito significativa face aos valores dos anos transatos, nomeadamente 2021 e o próprio 2022, anos indubitavelmente marcados pelo surto pandémico que afetou toda a atividade turística, por sua vez, a introdução dos anos de 2024 e 2025, permite-nos perceber um período de tempo significativo sem qualquer constrangimento desta grandeza e, como tal, aferir com consistência, os valores gerados pela atividade do Teleférico e Parque de Campismo da Penha. Assim, embora 2023 mantenha a exceção no apuro extraordinário das receitas, na verdade, 2025 traduz valores muito semelhantes e, por outro, ligeiramente superiores a 2024. Entendemos assim, que 2025 manteve as características de afluência e atratividade que estiveram na base dos valores apurados para 2023 e 2024, sendo os dados apurados reveladores de receitas médias consistentes e por conseguinte fiáveis quanto a viabilidade exploratória corrente dos equipamentos afetos à exploração da Cooperativa Turipenha.



### ATIVIDADE DO TELEFÉRICO

Deste modo, procurando observar esta realidade, comparamos a evolução da receita mensal com o período homólogo anterior, acrescentando, numa perspetiva de análise da sua evolução temporal, os próprios registos de 2023. Assim, a evolução das receitas nos últimos três anos apresenta a seguinte desagregação mensal (valores com IVA):



Da análise da evolução mensal, facilmente percecionamos a sazonalidade das receitas apuradas, constatando-se, de forma reiterada, o maior volume de receitas no período de verão, sendo o agosto indiscutivelmente e de forma constante o mês que mais contribuí para o seu agregado total.

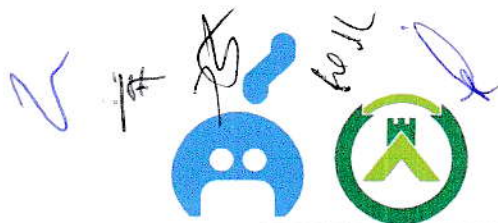
Por outro, a observação mensal dos anos em análise, permite-nos igualmente percecionar que os valores apurados em 2025, são na sua generalidade muito semelhantes aos valores de 2024, sendo ligeiramente superiores aos apurados no decurso de 2024, em particular no período de março a outubro e, por outro, relativamente inferiores nos dois meses iniciais e finais do ano. De facto, desta relação, traduzem-se receitas totais ligeiramente superiores em 2025 face a 2024, respetivamente com um diferencial na ordem dos 2.771,00€, que resultam do total de 807.291,00€ apurados em 2024, face aos 810.062,00€, registados em 2025. Por outro, em sentido inverso, os resultados de 2025 apresentam um decréscimo face aos valores



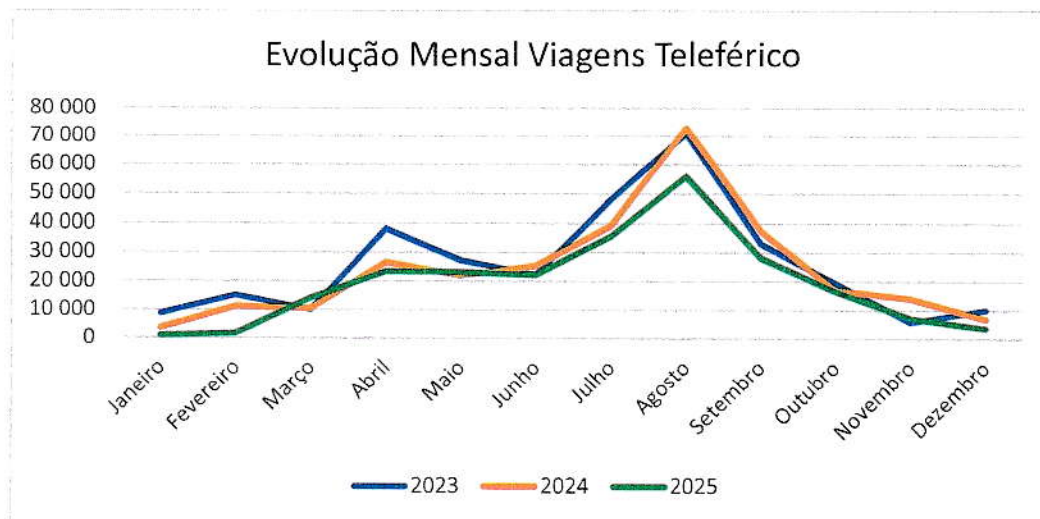
do período homólogo de 2023, na prática com uma diferença na ordem dos 63.838,66€. Não obstante, ainda que reconhecendo a excecionalidade das receitas históricas de 2023, a observação da sua evolução mensal permite-nos igualmente aferir que os anos de 2024 e 2025 mantiveram os critérios de atratividade registados no decurso de 2023, isto é, se em ambos os anos retirarmos a época baixa (de janeiro a abril), os valores subsequentes, quer em 2024, quer sobretudo em 2025, são muito semelhantes ou até superiores aos de 2023.

A confirmar, esclarecemos que esta diferença se deve sobretudo a fatores externos à própria exploração do Teleférico, em particular fenómenos meteorológicos adversos e severos, registados nestes períodos, quer em 2024, quer em 2025, e que impactaram inclusivamente de forma negativa num dos períodos historicamente mais altos no que se refere ao apuramento de receitas, como o caso do período Pascal. Destas condicionantes, soma-se ainda, no caso do ano em apreço, 2025, o registo de uma avaria técnica, intermitente, que condicionou os dois primeiros meses do ano, assim como, o início de uma grande manutenção, com implicação direta no funcionamento a partir de meados de dezembro.

Ora, estes dados, quando enquadrados num registo histórico mais abrangente, permitem-nos perceber com alguma facilidade o incremento registado nas receitas nos últimos anos de exploração, assim como, da sua própria consistência temporal recente. Na verdade, apesar do registo de 2023 se manter à presente data como o registo mais elevado desde a data de abertura do Teleférico, este é efetivamente comparável e acompanhado pelos registos acumulados nos períodos mais próximos, cujos valores apurados, com exceção de 2020 e 2021, anos condicionados pelo surto pandémico que afetou toda a atividade turística, apresentam valores aproximados e reveladores da capacidade consistente da exploração corrente do próprio equipamento. Como forma de perceção visual destes registos, apresentamos assim o seguinte gráfico demonstrativo:



Considerando estes mesmos anos em análise, procuramos, por outro, correlacionar estes registos de receitas com a evolução do número de viagens. Deste modo, em relação a esse registo, poderemos apresentar os seguintes dados mensais:



Da interpretação gráfica, poderemos concluir que o ano de 2025 registou um número menor de viagens, totalizando 234.427 mil viagens, o que representa um decréscimo significativo, na ordem das 53.149 mil viagens face a 2024 (-18,48%), mas sobretudo face a 2023 (no caso com uma diminuição de -24,62%), ano no qual se registaram



310.974 mil viagens. Aliás, esta propensão, embora se tenha registado ao longo de todo o ano de 2025, foi ainda agravada pela avaria técnica ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro, facto que atenua as diferenças, sem prejuízo da tendência, respetivamente de -15% face a 2024 e de -19,23% face a 2023.

Assim, da comparação das viagens registadas em 2023 e 2024, poderíamos, à partida, aferir que a evolução do número de viagens está correlacionada positivamente com o apuro das receitas, sendo natural que a um número mais alargado de viagens corresponda diretamente valores de receitas mais elevados. Não obstante, como facilmente percebemos pelas receitas de 2025, face a 2024, o número de viagens em valores absolutos não se traduz proporcionalmente nas receitas obtidas, dado que, tal relação, para uma base comparativa consistente, implica necessariamente que todas as restantes variáveis se mantenham inalteradas. Ora, de facto, no decurso de 2025, realizou-se a atualização do preçário da bilhética do Teleférico, o que obviamente modificou essas bases comparativas, resultando, na prática, na alteração do preço médio das viagens de 2,81€, registado em 2024 e 2023, para 3,45€, em 2025. Por outro, independentemente desta alteração, relembremos ainda que as viagens são realizadas com diferentes tipologias, implicando necessariamente distintos preços e, como tal, o seu número absoluto poderá, também por este motivo, não se traduzir diretamente nas suas receitas.

Perante o exposto, a tipologia mais significativa para esta análise será, embora para tal concorram diferentes tipologias de preços que poderiam justificar essa possível desproporcionalidade, a relação proporcional de residentes face ao peso total das viagens:

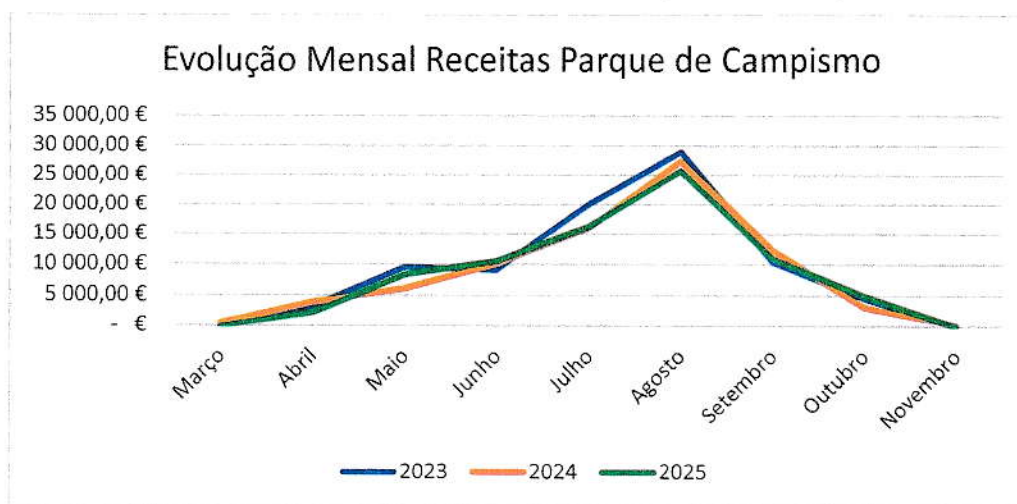
Ano	Residentes	Total	Peso Perc. no Total
2023	45 860	310 974	14,75%
2024	42 949	287 576	14,93%
2025	41 951	234 427	17,90%



Destes dados, percebe-se que o número de viagens realizadas nesta tipologia/residentes tem vindo a registar valores relativamente estáveis, com 2025 a registar valores ligeiramente menores, mas com um peso percentual, no total das viagens, relativamente maior, fator que obviamente e face ao total das viagens realizadas, infere naturalmente com maior impacto nas receitas deste ano, sobretudo quando consideramos que o valor percentual dos residentes se materializa percentualmente perante valores totais de viagens menores. Portanto, os residentes assumem uma incidência nas receitas superior em 2025, pelo que o apuro das receitas, superiores em 2025, face a 2024, beneficia e justifica-se sobretudo pelo aumento do preço nas outras tipologias de bilhetes, compensando inclusivamente este peso dos residentes e, sobretudo o decréscimo generalizado e significativo do número de viagens.

#### ATIVIDADE DO PARQUE DE CAMPISMO

Por seu turno, nos mesmos moldes comparativos e em termos de receitas apuradas para o Parque de Campismo, detemos o seguinte gráfico representativo (valores com IVA):



Face ao exposto, em linha com os valores apurados para o Teleférico, as receitas obtidas no Parque de Campismo registam igualmente, em 2025, um valor muito semelhante aos valores apurados no decurso de 2024 e, por outro, igualmente inferiores aos registos de 2023. De fato, o total apurado de 79.586,22€, traduz um valor residualmente inferior na ordem dos 290,30€ face a 2024 (com um total de 79.876,52€) e, por oposição a 2023,



cujo valor total de 88.547,27€ se traduziu em mais 8.961,05€ face aos valores registados no decurso de 2025. Por outro, à imagem da exploração do Teleférico, facilmente percebemos o agosto como indiscutivelmente e de forma reiterada o mês que mais contribuí para o seu agregado total.

Aliás, estes valores são confirmados pelos números registados de dormidas, dos quais apresentamos o seu registo mensal nos anos em análise:

Anos	2023 Dormidas	2024 Dormidas	2025 Dormidas
Março	0	68	0
Abril	637	591	266
Maió	1237	814	1335
Junho	1599	1491	1473
Julho	4200	3065	3633
Agosto	5895	5666	5123
Setembro	1551	1992	1680
Outubro	485	362	537
<b>TOTAL</b>	<b>15604</b>	<b>14049</b>	<b>14047</b>

De facto, também este indicador confirma a análise que temos vindo a expor, materializando-se 2025 com valores praticamente iguais ao comparativo com 2024, embora, como esperado, inferiores aos apurados no decurso de 2023. Na realidade, os valores totais de 2025, na ordem de 14.047 mil dormidas, comparam com as 14.049 mil de 2024 e com as 15.604 mil dormidas registadas no período homólogo de 2023. Destes dados destaque recorrente para o mês de agosto, mês que impacta um forte contributo para o total acumulado dos valores apurados. Na verdade, no decurso de agosto registaram-se, em 2025, um total de 5.123 mil dormidas, inferiores a 2024 e, como esperado, particularmente inferiores face ao período homólogo de 2023.

## GASTOS

Quanto à estrutura de Gastos, em 2025, o valor total foi de sensivelmente 741.964,00€ e, portanto, inferior ao valor total, na ordem dos 759.940,00€, registado no decurso de



2024. Deste apuro, procurando destacar os gastos mais significativos, apresentamos o seguinte quadro:

RUBRICA DE GASTOS	2023	2024	2025
GASTOS COM PESSOAL	371 820,18 €	377 901,39 €	412 349,30 €
FORNECIMENTO SERVIÇOS EXTERNOS	171 636,59 €	191 221,20 €	202 893,16 €
SALDOS FINAIS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1 141 209,01 €	966 164,39 €	855 400,51 €
Depreciações do Período	237 726,23 €	186 382,42 €	117 251,79 €

No que concerne à rubrica de Gastos com o Pessoal regista-se uma subida nos valores de 2025 face a 2024, no caso na ordem dos 34.447,00€. Ora, tal resulta diretamente de processo de atualizações salariais e outros encargos sociais, registando-se no decurso de 2025, com publicação a fevereiro, a atualização dos salários e outros subsídios em sede de concertação social do Contrato Coletivo de Trabalho para o setor da Hotelaria, Restauração e Similares em vigor. Neste particular, para além das melhorias salariais nas respetivas categorias, foram ainda atualizados os seus níveis, processo que procura reconhecer a antiguidade dos colaboradores e, cujo normativo, implicou esse reconhecimento para dois colaboradores afetos à atividade do Teleférico.

Acresce ainda, a variação positiva do número de funcionários, respetivamente de 17 colaboradores em 2025, por comparação com os 15 colaboradores de 2024. Nestes insere-se a contratação realizada, a termo, de rececionista a afetar às bilheteiras do teleférico, no período de verão, como forma de resposta à sazonalidade própria da operação desenvolvida pela Cooperativa neste equipamento, assim como, no próprio Parque de Campismo, no qual se realizou um contrato temporamente mais prolongado que o habitual, ainda que igualmente a termo e, no qual, se pretendeu assegurar um colaborador com conhecimento das funções a exercer, em particular como resposta a colaboradora que entretanto usufruiu de licença de maternidade.

Aliás, dá-se nota que este valor apurado para os Gastos com o Pessoal poderia ter sido mais elevado, dado que, tal como em 2024, se externalizou o serviço de limpezas e



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

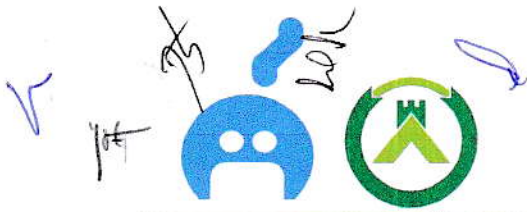
higiene do Parque de Campismo, pelo que não se realizaram as habituais contratações a termo e sazonais, requisitadas periodicamente para este serviço em particular. De facto,

no âmbito do Contrato Programa celebrado com o Município de Guimarães e a exemplo dos anos anteriores, admitimos, por contrato a termo certo, o número de pessoas estritamente necessário para assegurar o funcionamento do Parque de Campismo da Penha durante a época que, conforme determina o contrato, ocorreu de 11 de abril a 31 de outubro de 2025.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou um aumento na ordem dos 11.672,00€ face a 2024. Desta desagregação destaca-se como fatores impactantes o aumento dos denominados “serviços especializados” e, por outro, um ligeiro aumento dos designados “materiais”.

De fato, os serviços especializados registam um aumento de 16,21% face a 2024, com particular contributo do item associado à publicidade e propaganda, sobretudo fruto das iniciativas comemorativas do trigésimo aniversário do Teleférico de Guimaraes, razão esta que justifica igualmente o acréscimo na rúbrica de materiais, neste caso considerando os artigos para oferta associados a esta efeméride. Ainda nos serviços especializados destaque igualmente para o item de trabalhos especializados, que registam uma ligeira subida face a 2024 e nos quais se contempla um conjunto de intervenções de conservação e reparação, em pequenas benfeitorias, quer no Teleférico, quer no próprio Parque de Campismo da Penha, neste caso intervenções que decorrem diretamente do próprio Contrato Programa com o Município de Guimarães e no qual se estabelece como obrigações da Cooperativa “assumir todos os custos e encargos que digam respeito a mera conservação e manutenção do equipamento e infraestrutura”.

Por fim, nota para a manutenção em registos semelhantes dos denominados serviços diversos e, por outro lado, para a descida nos custos afetos à rúbrica associada à energia e fluídos diversos.



Relativamente à rubrica das depreciações, note-se a redução registada no decurso de 2025, de sensivelmente 110.763,00€ na diferença do agregado dos seus saldos finais (ativos fixos tangíveis e intangíveis), face a 2024, resultando sobretudo da amortização total, em 2024, dos ativos associados a equipamento básico e que à data do fecho se encontravam totalmente depreciados, nomeadamente os determinados pelas designadas 6ª e 7ª (1ª parte) grandes intervenções, respetivamente a das pinças e suspensões das cabines e a manutenção das estações do Teleférico de Guimarães, itens que face à sua grandeza impactam diretamente na diminuição do saldo final apurado em 2025.

Aliás, no decurso de 2025 iniciou-se o procedimento de uma designada “grande manutenção”, intervenções que decorrem da imposição periódica definida por imperativos de segurança no quadro legal em vigor, designadamente a “Manutenção das Pinças e Suspensões das Cabines” do Teleférico de Guimarães, cujo procedimento se encontra à data do fecho em execução e, como tal, impactando as suas futuras depreciações para o exercício de 2026.

## **OUTRAS DIVULGAÇÕES**

### **- Impostos em Mora:**

A Cooperativa Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

### **- Dívidas à Segurança Social em Mora:**

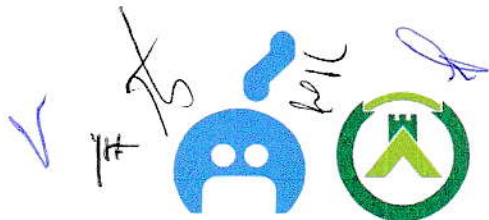
A Cooperativa Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

## **POLÍTICA DE PROMOÇÃO E PUBLICIDADE**

- Em 2025 e a exemplo dos anos anteriores mantivemos e ampliamos a divulgação do Teleférico e do Parque de Campismo junto de um conjunto de instituições públicas e privadas. Para o efeito, utilizamos a comunicação de correio eletrónico mais tradicional, as nossas habituais redes sociais e o próprio site institucional da Cooperativa.



- Realizamos ainda, em particular no período do verão, um conjunto de ações promocionais, com distribuição de informações em suporte físico, privilegiando os locais de maior afluência turística. Ainda nesta matéria realizamos publicações em revistas periódicas associadas ao sector, assim como, em edições especiais, como o caso da revista *Mais Magazine* do Semanário Expresso, a qual dedicou um número específico ao sector do turismo em Guimarães. Ainda neste aspeto, mantivemos a parceria com o *Grupo Gala*, procurando não somente uma relação com benefícios comerciais mútuos, mas sobretudo a promoção do Teleférico, junto da sua rede de associados, enquanto destino do roteiro turístico nacional e internacional.
- Por outro, em 2025, com a reestruturação do site institucional da Cooperativa, desenvolveram-se novos conteúdos informativos e digitais, com enfoque para a natural relação com a Montanha da Penha, a promoção da atividade turística e ainda, tendo como orientação as melhores práticas atuais do turismo sustentável, a introdução de indutor de consciência ambiental associado à própria viagem realizada no Teleférico por comparação com outros meios de transporte alternativos. Será assim possível, com esta ferramenta, capitalizar a comunicação e divulgação das iniciativas e ações levadas a cabo pela Cooperativa, junto dos nossos visitantes e parceiros, assim como, potencializar e alavancar novos públicos, numa sinergia privilegiada entre a história, a cultura e natureza.
- No âmbito da sustentabilidade e das boas práticas ambientais, realizamos ainda a candidatura do Parque de Campismo ao galardão *Green Key*, cujo reconhecimento, entretanto obtido, significa um fator comprovativo da consolidação gradual dos nossos serviços, em particular no Parque de Campismo da Penha e, por outro, de projeção das melhores práticas associadas às atividades turísticas, com enfoque na consciência ambiental e na promoção genuína da simbiose da sua exploração turística e do respeito harmonioso com a natureza envolvente.
- No decurso de 2025, marcamos igualmente presença, com material promocional, na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), e Feira Internacional de Turismo (FITUR), em Madrid,



evento no qual projetamos os equipamentos de exploração e gestão da Cooperativa, junto de um conjunto alargado e diverso de operadores turísticos.

- Apostamos ainda na incrementação da articulação com o departamento de Comunicação do Município de Guimarães, de forma a que o Teleférico e o Parque de Campismo fossem promovidos juntamente com o destino Guimarães, usufruindo assim da sinergia dessa promoção, quer através de ações diretas dos Serviços de Turismo de Guimarães, quer através da colaboração com entidades com competência nessa área, nomeadamente o Turismo de Portugal e o Turismo do Porto e Norte de Portugal.
- Por fim, continuamos a associar-nos a todas as iniciativas que, ainda que promovidas por outras entidades e instituições, contribuíram para a divulgação e promoção do Teleférico e do Parque de Campismo da Penha, como por exemplo o evento anual “*Vai-m`à Banda*” e as iniciativas promovidas ao nível do Plano e Atividades da própria Irmandade da Penha, entre outras iniciativas de diversa ordem.

## **AGRADECIMENTOS**

A atividade desenvolvida no decurso de 2025 foi apenas possível pelo contributo de um conjunto alargado de pessoas e instituições, às quais devemos um agradecimento especial, nomeadamente:

- Aos milhares de clientes que durante o ano de 2025 incluíram o Teleférico e o Parque de Campismo nos seus momentos de lazer;
- Aos nossos Colaboradores, pela dedicação e empenho no trabalho realizado;
- Aos nossos diversos parceiros, quer comerciais quer institucionais;
- Ao Município de Guimarães e, desta forma, também a todas as entidades singulares e coletivas que fruto da sua atividade ajudaram a promover o Teleférico e o Parque de Campismo da Penha.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## CONCLUSÃO

Após a apresentação deste conjunto de informações cumpre-nos colocar à consideração dos Cooperantes, para discussão e votação o seguinte:

1. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às contas em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em reunião de Direção de 11 de março de 2026, documentos que evidenciam com fidelidade os registos contabilísticos e a situação económica e financeira da Cooperativa em conformidade com o quadro legal em vigor;
2. A proposta de aplicação do Resultado Líquido obtido, no valor de 275.088,03€ (duzentos e setenta cinco mil euros e oitenta e oito euros e três cêntimos), para que sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Guimarães, 11 de março de 2026

O Presidente da Direção,

(Vitor Matos)

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025



TURIPENHA

*J 95 711*  
*2*  
*W K*

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	629.162,50	726.791,31
Ativos intangíveis	7	226.238,01	239.373,08
Outros investimentos financeiros			1.995,61
Ativos por impostos diferidos	15	53.236,52	54.929,82
		<b>908.637,03</b>	<b>1.023.089,82</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	16	3.822,01	19.123,00
Estado e outros entes públicos	15	406,04	101.072,51
Capital subscrito e não realizado	16	193,26	193,26
Diferimentos	19	4.857,91	4.696,22
Caixa e depósitos bancários	4	2.555.141,01	2.070.452,26
		<b>2.564.420,23</b>	<b>2.195.537,25</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.473.057,26</b>	<b>3.218.627,07</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	16	4.209.876,88	4.209.876,88
Resultados transitados	16	-1.678.065,71	-1.918.485,32
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	13	396.677,50	394.056,00
Resultado líquido do período		275.088,03	240.419,61
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3.203.576,70</b>	<b>2.925.867,17</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	22.679,39	20.173,80
Estado e outros entes públicos	15	28.038,68	69.983,36
Outras dividas a pagar	16	218.762,49	202.602,74
		<b>269.480,56</b>	<b>292.759,90</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>269.480,56</b>	<b>292.759,90</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3.473.057,26</b>	<b>3.218.627,07</b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Demonstração dos Resultados por  
Naturezas - (modelo normal)  
do período findo em 31-12-2025  
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de  
Interesse Publico, CRL.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	11	839.261,51	836.546,24
Subsídios à exploração	13	206.101,16	193.187,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10		-54,18
Fornecimentos e serviços externos	19	-202.893,16	-191.221,20
Gastos com o pessoal	17	-412.349,30	-377.901,39
Outros rendimentos	11	25.112,46	24.845,23
Outros gastos		-9.470,19	-4.381,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>445.762,48</b>	<b>481.021,22</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	-117.251,79	-186.382,42
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>328.510,69</b>	<b>294.638,80</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11	20.211,24	14.831,83
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>348.721,93</b>	<b>309.470,63</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15	-73.633,90	-69.051,02
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>275.088,03</b>	<b>240.419,61</b>

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
do período findo em 31-12-2025  
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de  
Interesse Público, CRL.

*Handwritten signatures and initials:*  
FL # 1  
W 11

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		913.179,23	893.340,43
Pagamentos a fornecedores		216.066,06	232.821,56
Pagamentos ao pessoal	17	411.813,20	378.513,89
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>285.299,97</u>	<u>282.004,98</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		114.774,73	21.178,71
Outros recebimentos/pagamentos		301.300,91	222.670,98
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<u><b>471.826,15</b></u>	<u><b>483.497,25</b></u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	8	6.108,42	11.337,80
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>	13	2.996,00	
<i>Juros e rendimentos similares</i>	11	20.104,17	14.828,13
<i>Dividendos</i>	11	107,07	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<u><b>17.098,82</b></u>	<u><b>3.490,33</b></u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>	16	4.236,22	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<u><b>-4.236,22</b></u>	
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u><b>484.688,75</b></u>	<u><b>486.987,58</b></u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.070.452,26	1.583.464,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>2.555.141,01</u>	<u>2.070.452,26</u>

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio  
do período findo em 31-12-2025  
(montantes em EURO)**

**TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,  
CRL.**

DESCRICÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025</b>	6	4.209.876,88						-1.918.485,32		394.056,00	240.419,61	2.925.867,17		2.925.867,17
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7							240.419,61		2.621,50	-240.419,61	2.621,50		2.621,50
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8							240.419,61		2.621,50	-240.419,61	2.621,50		2.621,50
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8										275.088,03	275.088,03		275.088,03
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	10										277.709,53	277.709,53		277.709,53
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025</b>	6+7+8+10	4.209.876,88						-1.678.065,71		396.677,50	275.088,03	3.203.576,70		3.203.576,70

Administração



Contabilista Certificado Nº 20298








**ANEXO ÀS**  
**DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS**  
**2025**

**TURIPENHA**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL.

ANO: 2025

ÍNDICE

<b>1 - Identificação da entidade e período de relato</b>	<b>4</b>
1.1 - Dados de identificação	4
1.2 - Sede	4
1.3 - Natureza da atividade	4
<b>2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
<b>3 - Principais políticas contabilísticas</b>	<b>5</b>
3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	5
3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	8
<b>4 - Fluxos de caixa</b>	<b>8</b>
4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	8
4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	8
4.3 - Outras informações	9
<b>5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros</b>	<b>9</b>
5.1 - Erros materiais de períodos anteriores	9
<b>6 - Partes relacionadas</b>	<b>9</b>
6.1 - Identificação das partes relacionadas	9
6.1.2 - Entidades participantes	9
6.1.2.1 - Participação no capital social da entidade	10
6.1.2.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade	10
<b>7 - Ativos intangíveis</b>	<b>10</b>
7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	10
7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	10
7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	10
7.2 - Outras informações	11
<b>8 - Ativos fixos tangíveis</b>	<b>12</b>
8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	12
8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	12
8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	12
8.2 - Outras informações	13
<b>9 - Imparidade de ativos</b>	<b>14</b>
9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:	14
<b>10 - Inventários</b>	<b>14</b>
10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	14
10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	14
10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:	14

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

<b>11 - Rédito</b>	<b>15</b>
11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	15
11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	15
<b>12 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</b>	<b>15</b>
12.1 - Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço	15
12.2 - Outras informações	15
<b>13 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas</b>	<b>15</b>
13.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas	16
13.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:	16
13.3 - Outras informações	16
<b>14 - Acontecimentos após a data do balanço</b>	<b>16</b>
14.1 - Autorização para emissão	16
14.2 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos	17
14.3 - Outras informações	17
<b>15 - Impostos e contribuições</b>	<b>17</b>
15.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:	17
15.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte	17
15.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	17
<b>16 - Instrumentos financeiros</b>	<b>18</b>
16.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras	18
16.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	18
16.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.	19
<b>17 - Benefícios dos empregados</b>	<b>19</b>
17.1 - Número médio de empregados e gastos com o pessoal	19
17.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	19
17.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	20
17.2 - Outras informações	20
<b>18 - Divulgações exigidas por diplomas legais</b>	<b>20</b>
18.1 - Informação por atividade económica	20
18.2 - Informação por mercado geográfico	21
18.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	21
<b>19 - Outras informações</b>	<b>22</b>
19.1 - Acréscimos de gastos	22
19.2 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)	22
19.3 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	22
<b>20 - Divulgações adicionais para as entidades de Interesse público</b>	<b>23</b>
20.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas	23

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten signature in blue ink.*

## 1 - Identificação da entidade e período de relato

### 1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL.

Número de matrícula no registo comercial: 502301007

Endereço eletrónico: geral@turipenha.pt

Página da internet: www.turipenha.pt

### 1.2 - Sede

Lugar da sede social: Estaç. Inferior Teleférico - R. Aristides Sousa Mend 37 - Costa 4810-025 Guimarães

### 1.3 - Natureza da atividade

Natureza da atividade: Transporte de passageiros por instalações por cabo (teleféricos, telesquis e outras)

Outras atividades: " Serviços de gestão, controle, vigilância e limpeza do parque de campismo da Penha "

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### - Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### - Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

#### - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

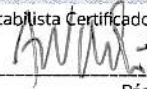
#### - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da

Administração



Contabilista Certificado N° 20298



demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

## 2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF.

## 2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são integralmente comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

## 3 - Principais políticas contabilísticas

### 3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

#### - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

#### - Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

#### - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros - método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido separadamente no ativo e amortizado por um período de 10 anos nos casos em que a sua vida útil não pôde ser estimada com fiabilidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

#### - Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria coletável até 50000 euros, e à taxa de 20% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos

*[Handwritten signatures and initials]*  
16  
20/11

ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa de IRC aplicável ao próximo período económico.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Administração

*[Handwritten signature]*

Contabilista Certificado N° 20298

*[Handwritten signature]*

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

#### - Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se

na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ;
- Registo de perdas por imparidade;
- Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

## 4 - Fluxos de caixa

### 4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os valores inscritos nas rubricas de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

### 4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.498,49	645,11	0,00	2.143,60
Depósitos à ordem	1.268.953,77	984.043,64	0,00	2.252.997,41
Outros depósitos bancários	800.000,00	0,00	500.000,00	300.000,00
<b>Total</b>	<b>2.070.452,26</b>	<b>984.688,75</b>	<b>500.000,00</b>	<b>2.555.141,01</b>

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	5.826,46	0,00	4.327,97	1.498,49
Depósitos à ordem	777.638,22	491.315,55	0,00	1.268.953,77
Outros depósitos bancários	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
<b>Total</b>	<b>1.583.464,68</b>	<b>491.315,55</b>	<b>4.327,97</b>	<b>2.070.452,26</b>

### 4.3 - Outras informações

Caixa e equivalentes - informações adicionais :

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações seguros não vida	894,00	0,00
Subsídios à exploração	206.101,16	193.187,52
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	53.729,69	7.550,68
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	4.653,00	0,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

## 5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 5.1 - Erros materiais de períodos anteriores

Divulgar para os erros materiais de períodos anteriores, a seguinte informação:

Foi reconhecida, no período de 2016, uma Perda Por Imparidade em AFT no valor de 874.501,04 euros, que se estima ter ocorrido em exercícios anteriores ao ano 2015.

Foi também reconhecido um ativo por impostos diferidos relativo à perda registada, uma vez que esta gerará uma redução da base tributável em anos futuros.

## 6 - Partes relacionadas

### 6.1 - Identificação das partes relacionadas

#### 6.1.2 - Entidades participantes

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

**6.1.2.1 - Participação no capital social da entidade**

Grupo - Tipologia dos detentores de capital:

	Descrição	Percentagem
Outros		100,0000%
<b>Total</b>		<b>100,0000%</b>

**6.1.2.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade**

NIF	505948605
LEI	
Denominação	Município de Guimarães
Sede (País)	PT
CAE	
Part. direta capital (%)	83,2900%
Part. direta direitos voto (%)	83,2900%
Data de início da participação	
Data de fim da participação	

**7 - Ativos intangíveis**

**7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis**

**7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis

face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Modelo do custo	método linha reta		n.a.
Outros ativos intangíveis	Modelo do custo	método da linha reta		3,33

**7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

*[Handwritten signatures and initials]*

Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
<b>TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	0,00	170.755,91	0,00	0,00	187.428,31
<b>VIDA ÚTIL INDEFINIDA</b>								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>VIDA ÚTIL DEFINIDA</b>								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	16.672,40	0,00	157.620,84	0,00	0,00	174.293,24
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	2.937,92	236.435,16	0,00	0,00	239.373,08
Variações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-13.135,07
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.135,07
Total diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.135,07
Saldo no final do período	0,00	0,00	0,00	2.937,92	223.300,09	0,00	0,00	226.238,01

Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
<b>TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	0,00	157.620,84	0,00	0,00	174.293,24
<b>VIDA ÚTIL INDEFINIDA</b>								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>VIDA ÚTIL DEFINIDA</b>								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	16.672,40	0,00	144.485,77	0,00	0,00	161.158,17
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	2.937,92	249.570,23	0,00	0,00	252.508,15
Variações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-13.135,07
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.135,07
Total diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.135,07
Saldo no final do período	0,00	0,00	0,00	2.937,92	236.435,16	0,00	0,00	239.373,08

## 7.2 - Outras informações

A rubrica Outros Ativos Intangíveis tem registado o direito de superfície do terreno da estação inferior, concedido pelo Município de Guimarães pelo prazo de 30 anos inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos, contados a partir da data da assinatura da escritura (seis de Novembro de dois mil e doze).

O valor bruto registado na conta 59 respeita ao Direito de superfície.

2  
R  
R  
R

## 8 - Ativos fixos tangíveis

### 8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

#### 8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o constante dos quadros a seguir; de referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	n.a			
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	método da linha reta		2,38 - 6,67
Equipamento básico	Modelo do custo	método da linha reta		4,00 - 20,00
Equipamento de transporte	Modelo do custo	método da linha reta		00
Equipamento administrativo	Modelo do custo	método da linha reta		10,00 - 25,00
Equipamentos biológicos	n.a			
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	método da linha reta		5,00 - 10,00

#### 8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Administração



Contabilista Certificado N° 20298



Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.945.407,25	18.349,79	72.870,38	0,00	88.902,77	0,00	0,00	6.319.352,28
Depreciações acumuladas	0,00	774.103,99	3.786.556,61	18.349,79	59.904,01	0,00	79.145,53	0,00	0,00	4.718.059,93
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
<b>Saldo no início do período</b>	<b>0,00</b>	<b>204.589,73</b>	<b>509.235,23</b>	<b>0,00</b>	<b>12.966,37</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>726.791,31</b>
<b>Variações do período</b>	<b>0,00</b>	<b>-31.329,10</b>	<b>-64.736,82</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.562,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-97.628,81</b>
<b>Total de aumentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.367,86</b>	<b>0,00</b>	<b>3.120,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.487,91</b>
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	3.367,86	0,00	3.120,05	0,00	0,00	0,00	0,00	6.487,91
<b>Total diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>31.329,10</b>	<b>68.104,68</b>	<b>0,00</b>	<b>4.682,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>104.116,72</b>
Depreciações do período	0,00	31.329,10	68.104,68	0,00	4.682,94	0,00	0,00	0,00	0,00	104.116,72
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>0,00</b>	<b>173.260,63</b>	<b>444.498,41</b>	<b>0,00</b>	<b>11.403,48</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>629.162,50</b>
Valor bruto no fim do período	0,00	1.193.822,09	4.948.775,11	18.349,79	75.610,94	0,00	88.902,77	0,00	0,00	6.325.460,70
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	1.020.561,46	4.504.276,70	18.349,79	64.207,46	0,00	88.902,79	0,00	0,00	5.696.298,20

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.939.991,36	18.349,79	68.992,64	0,00	88.902,77	0,00	0,00	6.310.058,65
Depreciações acumuladas	0,00	742.774,87	3.648.909,41	18.349,79	57.677,15	0,00	79.145,53	0,00	0,00	4.546.856,75
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
<b>Saldo no início do período</b>	<b>0,00</b>	<b>235.918,85</b>	<b>641.466,54</b>	<b>0,00</b>	<b>11.315,49</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>888.700,86</b>
<b>Variações do período</b>	<b>0,00</b>	<b>-31.329,12</b>	<b>-132.231,31</b>	<b>0,00</b>	<b>1.650,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-161.909,55</b>
<b>Total de aumentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.415,89</b>	<b>0,00</b>	<b>5.921,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.337,80</b>
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	5.415,89	0,00	5.921,91	0,00	0,00	0,00	0,00	11.337,80
<b>Total diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>31.329,12</b>	<b>137.647,20</b>	<b>0,00</b>	<b>4.271,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>173.247,35</b>
Depreciações do período	0,00	31.329,12	137.647,20	0,00	4.271,03	0,00	0,00	0,00	0,00	173.247,35
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>0,00</b>	<b>204.589,73</b>	<b>509.235,23</b>	<b>0,00</b>	<b>12.966,37</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>726.791,31</b>
Valor bruto no fim do período	0,00	1.193.822,09	4.945.407,25	18.349,79	72.870,38	0,00	88.902,77	0,00	0,00	6.319.352,28
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	989.232,36	4.436.172,02	18.349,79	59.904,01	0,00	88.902,79	0,00	0,00	5.592.560,97

## 8.2 - Outras informações

Administração

Contabilista Certificado N.º 20298

## 9 - Imparidade de ativos

### 9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:

--De referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

Imparidades por tipos de ativos:

Imparidades por tipos de ativos:

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>874.501,04</b>	<b>874.501,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Imparidades por tipos de ativos - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>874.501,04</b>	<b>874.501,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 10 - Inventários

### 10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

### 10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

#### 10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	54,18	0,00	54,18
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54,18</b>	<b>0,00</b>	<b>54,18</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

## 11 - Rédito

### 11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.;

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade

### 11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Informação: na rubrica da DR "Juros e rendimento similares obtidos " no montante de 20.211,24 euros refere-se à conta 791 Juros Obtidos e 792 Dividendos obtidos.

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	0,00	77,36
Prestação de serviços	839.261,51	836.468,88
Juros	20.104,17	14.828,13
Dividendos	107,07	0,00
Outros réditos	23.843,48	24.845,23
<b>Total</b>	<b>883.316,23</b>	<b>876.219,60</b>

## 12 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 12.1 - Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço

Divulgação sobre Passivo contingente:

N.A.

### 12.2 - Outras informações

## 13 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Administração

Contabilista Certificado Nº 20298

### 13.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

Um subsídio do Governo é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

### 13.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Em 2025, o subsídio à exploração atribuído pelo Município de Guimarães através de contrato-programa, destina-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento da exploração do parque de campismo da Penha e do teleférico, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
<b>Subsídios ao investimento</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	2.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Para ativos fixos tangíveis</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	2.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	2.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Para ativos intangíveis</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subsídios à exploração</b>	193.187,52	206.101,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor dos reembolsos efetuados no período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>193.187,52</b>	<b>206.101,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.996,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
<b>Subsídios ao Investimento</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Para ativos fixos tangíveis</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subsídios à exploração</b>	0,00	193.187,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor dos reembolsos efetuados no período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>193.187,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 13.3 - Outras informações

## 14 - Acontecimentos após a data do balanço

### 14.1 - Autorização para emissão

- Data de autorização para emissão das demonstrações Financeiras

Administração

Contabilista Certificado Nº 20298

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção da TURIPENHA e autorizadas para emissão em reunião de direção do dia 11 de Março de 2026.

#### 14.2 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

-Entre a data de reporte das Demonstrações financeiras (31/12/2025) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem alterações às demonstrações financeiras do período.

#### 14.3 - Outras informações

### 15 - Impostos e contribuições

#### 15.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Resultado antes de impostos do período</b>	<b>348.721,93</b>	<b>309.470,63</b>
Imposto corrente	71.940,60	67.357,72
Imposto diferido	1.693,30	1.693,30
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>73.633,90</b>	<b>69.051,02</b>
Tributações autónomas	270,80	65,89
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>21,12</b>	<b>22,31</b>

#### 15.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Impostos - correntes e diferidos reconhecidos no período:

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	73.633,90	0,00	73.633,90	69.051,02	0,00	69.051,02
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Impostos do período - discriminação:</b>						
Imposto diferido	1.693,30	0,00	1.693,30	1.693,30	0,00	1.693,30
Imposto corrente	71.940,60	0,00	71.940,60	67.357,72	0,00	67.357,72

O saldo da conta de AID em 2025 e 2024 era de 53.236,52 euros e 54.929,82 euros, respetivamente. A variação resulta da reversão de 1.693,30 euros.

#### 15.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	61.045,04	71.940,60	13.628,03	67.357,72
Pagamentos por conta	56.019,00	0,00	9.921,00	0,00
<i>Pagamentos normais</i>	<i>56.019,00</i>	<i>0,00</i>	<i>9.921,00</i>	<i>0,00</i>
Retenções efetuadas por terceiros	5.026,04	0,00	3.707,03	0,00
Imposto estimado	0,00	71.940,60	0,00	67.357,72
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	3.863,50	0,00	4.421,76
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	406,04	353,35	101.072,51	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	12.926,27	0,00	11.831,91
<b>Total</b>	<b>61.451,08</b>	<b>89.083,72</b>	<b>114.700,54</b>	<b>83.611,39</b>

**16 - Instrumentos financeiros****16.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras**

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

**16.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

O prazo médio de recebimento ( PMR ) é a pronto e a 30 dias;

O prazo médio de pagamento ( PMP ) é a 30 dias.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.822,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Clientes	0,00	0,00	3.822,01	0,00	0,00
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>241.441,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Fornecedores	0,00	0,00	22.679,39	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	218.762,49	0,00	0,00
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.129,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De passivos financeiros	0,00	0,00	-4.129,15	0,00	0,00
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.104,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De ativos financeiros	0,00	0,00	20.104,17	0,00	0,00

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

*[Handwritten signatures and initials]*

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.123,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Clientes	0,00	0,00	19.123,00	0,00	0,00
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>222.776,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Fornecedores	0,00	0,00	20.173,80	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	202.602,74	0,00	0,00
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.835,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De passivos financeiros	0,00	0,00	-3.835,19	0,00	0,00
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.828,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De ativos financeiros	0,00	0,00	14.828,13	0,00	0,00

### 16.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Em 31 de Dezembro de 2025 a TURIPENHA detém o capital social de 4.209.876,88 euros, estando por realizar parte deste capital no montante de 193,26 euros.

Resultados Transitados no montante de 1.678.065,71 saldo Devedor - esta rubrica é decomposta dos seguintes valores:

Prejuízos acumulados de anos anteriores: 941.298,58 euros valor Débito

Perdas por Imparidade - Ativos F. Tangiv: 874.501,04 euros valor Débito

Ativos por Impostos diferidos : 137.733,91 euros valor Crédito

## 17 - Benefícios dos empregados

### 17.1 - Número médio de empregados e gastos com o pessoal

#### 17.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
<b>Pessoas ao serviço da empresa</b>	<b>17,00</b>	<b>28.750,00</b>	<b>15,00</b>	<b>27.393,00</b>
Pessoas remuneradas	17,00	28.750,00	15,00	27.393,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário</b>	<b>17,00</b>	<b>28.750,00</b>	<b>15,00</b>	<b>27.393,00</b>
Pessoas a tempo completo	17,00	28.750,00	15,00	27.393,00
(das quais pessoas remuneradas)	17,00	28.750,00	15,00	27.393,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoas ao serviço da empresa por sexo</b>	<b>17,00</b>	<b>28.750,00</b>	<b>15,00</b>	<b>27.393,00</b>
Masculino	11,00	18.638,00	10,00	17.057,00
Feminino	6,00	10.112,00	5,00	10.336,00

Administração

*[Handwritten signature]*

Contabilista Certificado Nº 20298

*[Handwritten signature]*

### 17.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

1) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento.

2) Não é previsível que ocorram outras situações para os anos futuros a não ser que haja qualquer imponderável ou imprevisto.

3) Não são aplicáveis aqui quaisquer outros benefícios que sejam de relevar nesta informação.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar

Não foram assumidos quaisquer valores relativos à Direção da Turipenha nem a outro órgão da entidade.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>412.349,30</b>	<b>377.901,39</b>
Remunerações do pessoal	336.631,63	308.150,35
Encargos sobre as remunerações	69.203,54	62.675,89
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.626,78	3.519,73
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3.887,35	3.555,42
- Formação	1.256,00	704,00

### 17.2 - Outras informações

N.A.

## 18 - Divulgações exigidas por diplomas legais

### 18.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
<b>CAE</b>	<b>49340</b>	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	839.261,51	839.261,51
Fornecimentos e serviços externos	202.893,16	202.893,16
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00
Número médio de pessoas ao serviço	17,00	17,00
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>412.349,30</b>	<b>412.349,30</b>
Remunerações	336.631,63	336.631,63
Outros gastos	75.717,67	75.717,67
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Valor líquido final	629.162,50	629.162,50
Total das aquisições	6.487,91	6.487,91
<b>Propriedades de investimento</b>		

Administração

Contabilista Certificado N° 20298

*[Handwritten signatures and initials]*

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
<b>CAE</b>	<b>49340</b>	
Vendas	77,36	77,36
De mercadorias	77,36	77,36
<b>Prestações de serviços</b>	<b>836.468,88</b>	<b>836.468,88</b>
Compras	54,18	54,18
Fornecimentos e serviços externos	191.221,20	191.221,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	54,18	54,18
Mercadorias	54,18	54,18
Número médio de pessoas ao serviço	15,00	15,00
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>377.901,39</b>	<b>377.901,39</b>
Remunerações	308.150,35	308.150,35
Outros gastos	69.751,04	69.751,04
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Valor líquido final	726.791,31	726.791,31
Total das aquisições	11.337,80	11.337,80
<b>Propriedades de investimento</b>		

18.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	839.261,51	0,00	0,00	839.261,51
Fornecimentos e serviços externos	188.660,07	14.233,09	0,00	202.893,16
Aquisições de ativos fixos tangíveis	6.487,91	0,00	0,00	6.487,91
Rendimentos suplementares:	23.843,48	0,00	0,00	23.843,48
Aluquer de equipamento	23.843,48	0,00	0,00	23.843,48

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	77,36	0,00	0,00	77,36
Prestações de serviços	836.468,88	0,00	0,00	836.468,88
Compras	54,18	0,00	0,00	54,18
Fornecimentos e serviços externos	187.657,38	3.563,82	0,00	191.221,20
Aquisições de ativos fixos tangíveis	11.337,80	0,00	0,00	11.337,80
Rendimentos suplementares:	24.845,23	0,00	0,00	24.845,23
Aluquer de equipamento	24.845,23	0,00	0,00	24.845,23

18.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A TURIPENHA apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A TURIPENHA apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

Administração

*[Handwritten signature]*

Contabilista Certificado, N.º 20298

*[Handwritten signature]*

- Quotas próprias

A Entidade não detém quotas próprias, nem efetuou quaisquer transações com quotas próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

## 19 - Outras informações

### 19.1 - Acréscimos de gastos

--

Identificação de acréscimos de gastos:

Nome / Descrição	Valor
Remunerações a liquidar	50.995,64
Outros acréscimos de gastos	166.392,07
	0,00

### 19.2 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)

A Direção da TURIPENHA propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2025, no montante de euros **275.088,03** (duzentos e setenta e cinco mil e oitenta e oito euros e três centimos) seja transferido para a conta de resultados transitados.

### 19.3 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A rubrica do Balanço Diferimentos no valor 4.857,91 euros refere-se à conta 28.1 Gastos a Reconhecer - Prémios de seguros diferidos, a reconhecer como gasto no período de 2026.

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	100,31	268,72
<b>Serviços especializados</b>	<b>104.743,24</b>	<b>90.129,78</b>
Trabalhos especializados	7.624,70	5.949,56
Publicidade e propaganda	11.998,29	2.347,00
Vigilância e segurança	1.068,60	1.830,89
Honorários	23.917,20	23.120,00
Comissões	9,01	10,85
Conservação e reparação	60.125,44	56.871,48
<b>Materials</b>	<b>7.219,34</b>	<b>5.079,85</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.590,20	848,36
Livros e documentação técnica	26,11	6,77
Material de escritório	2.785,03	3.872,20
Artigos para oferta	2.818,00	18,50
Outros	0,00	334,02
<b>Energia e fluidos</b>	<b>37.084,13</b>	<b>42.849,78</b>
Eletricidade	26.014,79	28.142,96
Combustíveis	3.067,93	3.206,69
Água	8.001,41	11.500,13
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>507,00</b>	<b>7,90</b>
Deslocações e estadas	507,00	7,90
<b>Serviços diversos</b>	<b>53.239,14</b>	<b>52.885,17</b>
Comunicação	5.858,67	4.148,74
Seguros	11.107,60	10.634,76
Contencioso e notariado	25,00	404,00
Despesas de representação	1.840,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	34.387,87	37.697,67
Outros serviços	20,00	0,00
<b>Total</b>	<b>202.893,16</b>	<b>191.221,20</b>

20 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

20.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

-Honorários pagos ao ROC, conforme previsto no artigo 66.º-A do CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro de 2025 pela sociedade de revisores oficiais de contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, NIPC 502154870, relativamente à revisão legal das contas anuais: 4.550,00 euros valor sem IVA.

# CERTIFICAÇÃO

# LEGAL DE CONTAS

# 2025

TURIPENHA

*Re*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.473.057 euros e um total de capital próprio de 3.203.577 euros, incluindo um resultado líquido de 275.088 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação

apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

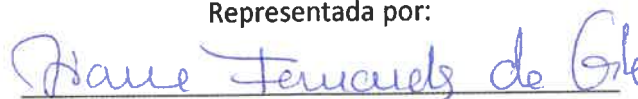
Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 11 de março de 2026

**ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC.**

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161397)

Representada por:



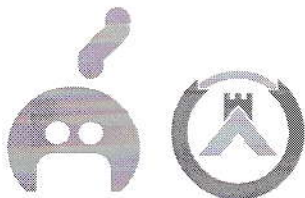
(Diana Rosa Matos Fernandes da Costa - ROC n.º 1212, n.º CMVM 20160823)

# PARECER DO CONSELHO FISCAL

2025



TURIPENHA



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Cooperantes,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, designadamente nos termos do Art.38º dos Estatutos em vigor e da alínea e) do Art.53º do Código Cooperativo, compete ao Conselho Fiscal elaborar o parecer sobre os documentos de prestação de contas da TURIPENHA – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nessa medida, tendo por consideração a análise efetuada aos documentos de prestação de contas apresentados pela Direção, bem como aos mapas que serviram de base, entendemos que estes refletem com exatidão a situação da Cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias exigidas.

Pelo acima exposto, somos de parecer que seja aprovado o Balanço e Relatório e Contas do exercício de 2025.

Guimarães, 10 de março de 2026

O Conselho Fiscal

O Presidente: \_\_\_\_\_

Os Vogais: \_\_\_\_\_

A top-down view of a wooden desk. In the upper left, a silver laptop is open, showing a document on its screen. In the center, a white calendar is laid out, displaying the days of the week (M T W T F S S) and the numbers 1 through 31. To the right of the calendar is a white spiral-bound notebook with some handwritten notes. In the lower center, a black smartphone is lying flat, showing the time 08:15. A person's hand is visible at the bottom left, near the phone. The entire scene is overlaid with a semi-transparent blue filter.

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

2025



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção da Turipenha, reunida no passado dia 11 de março, deliberou aprovar por unanimidade o Balanço e Relatório e Contas relativo ao Exercício de 2025 e propor aos Exmos. Senhores Cooperantes, reunidos hoje em Assembleia-Geral Ordinária, que o Resultado Líquido do Exercício, positivo, no valor de **275.088,03€ (duzentos e setenta cinco mil euros e oitenta e oito euros e três cêntimos)**, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

O Presidente da Direção

---

(Vítor Matos)

## DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A Assembleia-Geral de Cooperantes da Turipenha, reunida em sessão ordinária em 12 de março de 2026, deliberou aprovar por unanimidade/~~majoria~~ o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025. Mais deliberou por unanimidade/~~majoria~~ a presente proposta de aplicação de resultados.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

---